



MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

EDITAL

Nº 01/AM/EE/2025

PAULA MARIA DANIEL DE MELO LOPES PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, FAÇO PÚBLICO, em conformidade com o disposto no nº 1 do artigo 56º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no dia treze de fevereiro dois mil e vinte e cinco, foram tomadas as seguintes deliberações: -----

-----“ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Pela eleita da CDU, Senhora Quitéria Graça Marques Gaspar, foi apresentada a seguinte Proposta de Moção: -----

“MOÇÃO-----

PELO 8 DE MARÇO – DIA INTERNACIONAL DA MULHER -----

A CDU saúda e valoriza o Dia Internacional da Mulher, assinalado a 8 de março, como um momento de reafirmação da luta pela igualdade na vida e no trabalho, pela justiça social e pelo fim de todas as reformas de discriminação e violência contra as mulheres.

O 8 de março tem raízes históricas na luta das operárias têxteis de Nova Iorque, que em 1857 e 1908 se manifestaram por melhores condições de trabalho, salários dignos e direitos políticos. Reconhecido oficialmente pela ONU em 1975, este dia simboliza as conquistas das mulheres em todo o mundo e a necessidade contínua de transformação social. -----

Apesar dos avanços legislativos e sociais, as mulheres continuam a enfrentar desigualdades no mundo do trabalho, onde: São mais qualificadas, mas continuam a ganhar menos do que os homens; Ocupam menos cargos de chefia e decisão; Sofrem maior precariedade laboral e taxas mais altas de desemprego; São alvo de violência, assédio e discriminação, tanto no local de trabalho como na sociedade.-----

Neste sentido, reafirmamos a necessidade de políticas públicas que promovam: A igualdade salarial e o fim da discriminação no trabalho; A conciliação entre a vida profissional e familiar; O combate à violência contra as mulheres em todas as suas formas; A valorização e reconhecimento do papel das mulheres na sociedade. -----

50 anos das primeiras eleições verdadeiramente democráticas e universais -----

O 8 de março de 2025 tem um significado especial, pois este ano assinala-se os 50 anos sobre as eleições para a Assembleia Constituinte de 1975, as primeiras eleições verdadeiramente democráticas e universais em Portugal, onde as mulheres puderam votar sem restrições de escolaridade ou estatuto civil.-----

Foi um momento histórico que consolidou a democracia e garantiu a participação plena das mulheres na vida do país. -----

Comemorações no concelho de Santiago do Cacém -----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém destaca e apela à participação de todas e todos nas iniciativas que terão lugar no concelho para assinalar esta data, nomeadamente: a Inauguração do mural do MDM (Movimento Democrático de Mulheres), seguido de desfile, no dia 8 de março de 2025, às 10H junto ao Estádio Municipal de Miróbriga. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 13 de Fevereiro de 2025 delibera:-----

1-Saudar todas as mulheres do concelho de Santiago do Cacém, reconhecendo o seu contributo para a comunidade e para o desenvolvimento local. -----

2-Reafirmar o compromisso com a luta pela igualdade de género, pelo fim da discriminação e pela promoção de condições dignas no trabalho e na vida. -----

3-Assinalar a importância dos 50 anos das eleições para a Assembleia Constituinte de 1975, realçando o papel das mulheres na construção da democracia em Portugal.-----

4-Apoiar e incentivar a participação da população nas iniciativas comemorativas do Dia Internacional da Mulher, nomeadamente na inauguração do mural do MDM e no desfile a realizar no dia 8 de março de 2025, às 10h. -----

Dar conhecimento desta moção, à Assembleia da República, às associações locais e às escolas.-----

Santiago do Cacém, 13 de fevereiro de 2025 -----

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Santiago do Cacém”. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta de Moção a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Moraes Ribeiro Gonçalves, seis das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Flávia Isabel da Silva Freire, João Pedro da Silva Teixeira, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva e Ricardo Jorge da Cruz, um da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, e um do eleito do Chega, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira. -----**

Três abstenções, dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e António Manuel Alves Gamito.-----

Pelo eleito da CDU, Senhor Sérgio Manuel da Silva Santiago, foi apresentada a seguinte Proposta de Moção:-----

“MOÇÃO-----

PELA REPOSIÇÃO DE EFETIVOS NO POSTO DA GNR DO CERCAL DO ALENTEJO-----

A CDU manifesta a sua profunda preocupação e indignação face à situação de grave fragilidade em que se encontra o Posto da Guarda Nacional Republicana (GNR) do Cercal do Alentejo, resultante da drástica redução do número de efetivos e da ausência de viatura para patrulhamento. -----

O Posto da GNR do Cercal do Alentejo desempenha um papel fundamental na garantia da segurança da população da freguesia e das localidades circundantes. No entanto, ao contrário dos compromissos anteriormente assumidos de que não haveria redução de efetivos nos postos do concelho de Santiago do Cacém, verificamos que o Posto do Cercal foi o único a sofrer uma diminuição substancial no número de militares. -----

Esta redução de efetivos soma-se a outro grave problema: há mais três meses que este posto não dispõe de uma viatura para patrulhamento, impossibilitando qualquer ação operacional eficaz. Esta situação compromete seriamente a capacidade da GNR através do Posto do Cercal em responder prontamente às necessidades da população, forçando deslocações de forças de segurança a partir de postos situados a mais de 30Km de distância.-----

Importa recordar que o Posto da GNR do Cercal foi inaugurado há cerca de 13 anos, fruto de um investimento de aproximadamente 700 mil euros, correspondendo a uma necessidade há muito identificada pela população e pelas autarquias locais. Não podemos aceitar que um posto construído com este propósito e importância seja, na prática, altamente prejudicado pela ausência de meios humanos e materiais. Num território em crescimento, atravessado por vias de comunicação de grande relevância, incluindo estradas nacionais, a ausência de patrulhamento diário e a falta de uma resposta célere das forças de segurança aumentam riscos desnecessários. -----

A insatisfação e preocupação da população face a esta situação tornaram-se evidentes na ação de protesto promovida pela Junta de Freguesia do cercal do Alentejo no dia 8 de fevereiro, junto ao Posto da GNR do Cercal do Alentejo, onde a população manifestou o seu descontentamento e exigiu respostas concretas das entidades responsáveis. Este protesto demonstra que a segurança pública continua a ser uma prioridade para a comunidade local e que a falta de meios humanos e materiais no Posto da GNR não pode ser ignorada. -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 13 de Fevereiro de 2025, delibera: -----

1-Exigir ao Governo e ao Ministério da Administração Interna a reposição do número de efetivos no Posto da GNR do Cercal do Alentejo, garantindo um contingente adequado às necessidades da população e ao território abrangido. -----

2-Exigir a reposição urgente de uma viatura operacional no Posto da GNR do Cercal do Alentejo, assegurando a capacidade de patrulhamento e de resposta a ocorrências. -----

3-Manifestar solidariedade com a população do Cercal do Alentejo e apoiar todas as iniciativas que visem a defesa da presença efetiva da GNR na freguesia. -----

Dar conhecimento desta moção ao Ministério da Administração Interna, ao Comando-Geral da GNR e à Assembleia da República. -----

Santiago do Cacém, 13 de fevereiro de 2025 -----
Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Santiago do Cacém”. -----
A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----
Interveio o Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, O Senhor Sérgio Manuel da Silva Santiago, eleito da CDU, e o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro dos Santos Beijinha. -----
Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta de Moção a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e dois votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, três, dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e António Manuel Alves Gamito, um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz, um da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, e um do eleito do Chega, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira.** -----
Cinco abstenções, das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Flávia Isabel da Silva Freire, João Pedro da Silva Teixeira, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva. -----

A partir deste momento eram vinte e um horas e trinta e oito minutos, verificou-se a presença da Senhora Tatiana Marisa Carvalho Roda, em substituição do Senhor António Mário Conceição da Costa. -----

Pela eleita da CDU, Senhora Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, foi apresentada o seguinte Voto de Saudação: -----

“VOTO DE SAUDAÇÃO -----

À REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS DE VALE DE ÁGUA E SÃO DOMINGOS

A CDU saúda com grande satisfação a reposição das freguesias de Vale de Água e São Domingos, um momento histórico para o concelho e para as populações que lutam pelo direito à sua autonomia administrativa. -----

Esta reposição representa uma vitória da luta das populações e da perseverança do Poder Local, que nunca desistiram da reivindicação de uma gestão mais próxima e eficaz. O restabelecimento destas freguesias permitirá uma maior capacidade de resposta às necessidades locais, promovendo o desenvolvimento, a identidade e a participação democrática dos seus habitantes. -----

A decisão de repor Vale de Água e São Domingos corrige um erro da reorganização administrativa imposta em 2013 pelo Governo PSD/CDS, que extinguiu freguesias sem atender às especificidades locais e á vontade das populações. -----

Contudo, lamentamos que a reposição das freguesias de Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra tenha sido inviabilizada pela posição assumida por PS e PSD/CDS, que impediram na respectiva Assembleia de Freguesia que a proposta fosse sequer debatida no Grupo de Trabalho na Assembleia da República. Esta decisão contraria as aspirações das populações e compromete o princípio da descentralização e da gestão de proximidade. -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 13 de Fevereiro de 2025 delibera: -----

1.Saudar a reposição das freguesias de Vale de Água e São Domingos, reconhecendo a importância desta conquista para a autonomia e o desenvolvimento local. -----

2.Expressar solidariedade com as populações de Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra, reafirmando a necessidade de continuar a lutar pela reposição das freguesias injustamente agregadas. -----

3.Comprometer-se com a defesa do Poder Local democrático e da autonomia das freguesias, garantindo uma gestão mais próxima das necessidades da população. -----

Dar conhecimento deste voto de saudação à Assembleia da República, às Juntas de Freguesia do Concelho. -----

Santiago do Cacém, 13 de fevereiro de 2025 -----

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Santiago do Cacém”. -----

A Senhora Presidente colocou a Saudação para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a Saudação a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitos/os da CDU**, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, sete das e dos eleitos/os do PS, Senhor/a/e/s, Flávia Isabel da Silva Freire, João Pedro da Silva Teixeira, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, Tatiana Marisa Carvalho Roda e Ricardo Jorge da Cruz, um da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira. -----

Quatro votos contra, sendo três, dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e António Manuel Alves Gamito, e um do eleito do Chega, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira. -----

Pelo eleito da CDU, Senhor Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, foi apresentada a seguinte Proposta de Moção:-----

“MOÇÃO-----

PELA REPARAÇÃO DAS ESTRADAS PARALELAS AO IC33-----

A CDU manifesta a sua preocupação e indignação perante o estado de degradação das estradas paralelas ao ICC33, afetadas pela execução da obra de duplicação desta via para perfil de autoestrada.-----

A construção da A26, particularmente nos troços que atravessam a freguesia de São Francisco da Serra e a União de Freguesias de Santiago do Cacém, São Bartolomeu da Serra e Santa Cruz, têm gerado um conjunto de problemas graves para os moradores e proprietários locais. Estes problemas têm sido alvo de várias denúncias e mobilizações da população, que exigem que os acessos às suas habitações e propriedades sejam repostos em condições dignas e seguras. -----

Após a recolha de um abaixo assinado com mais de 600 assinaturas da população afetada, no dia 1 de fevereiro de 2025, foi realizada uma ação de sensibilização no Roncão, promovida por moradores, alertando para a necessidade urgente de reparação das vias secundárias. Os residentes não estão contra a obra da autoestrada, mas exigem garantias de que os acessos às suas casas e terrenos não serão deixados em condições precárias após a conclusão da empreitada. -----

A falta de condições das estradas paralelas tem um impacto direto na qualidade de vida das populações e na economia local, afetando especialmente atividades ligadas à floresta e ao turismo. Há, inclusive, relatos de dificuldades de acesso de viaturas de emergência, como ambulâncias, que colocam em risco a segurança da população. -----

Além da reparação das vias existentes, também exigem que pelo menos uma passagem subterrânea tenha altura suficiente para veículos de grande porte, como camiões de transporte de cortiça, viaturas de combate a incêndios e maquinaria agrícola. Ainda, reclamam a instalação de barreiras acústicas em áreas habitacionais situadas a menos de 500 metros da nova via. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 13 de Fevereiro de 2025 delibera:-----

1. Exigir ao Governo e à Infraestruturas de Portugal (IP) que procedam, com caráter de urgência, à reparação das estradas paralelas ao IC33, garantindo um piso duradouro e adequado à circulação de veículos. -----

2. Exigir que pelo menos uma das passagens subterrâneas seja construída com altura suficiente para veículos de grande porte, ou, em alternativa, a construção de uma passagem aérea para esse fim. -----

3. Reivindicar a instalação de barreiras acústicas em todas as zonas habitacionais situadas a menos de 500 metros da nova via, mitigando o impacto da obra na qualidade de vida da população. -----

4. Exigir ao Governo e à Infraestruturas de Portugal que na futura obra de duplicação de via em perfil de autoestrada entre Roncão e Grândola sejam já acauteladas as preocupações levantadas nesta moção. -----

5. Reafirmar a solidariedade com os moradores e apoiar todas as iniciativas que visem garantir acessos dignos e condições adequadas de circulação. -----

Dar conhecimento desta moção ao Ministério das infraestruturas, à Infraestruturas de Portugal, à Assembleia da República, às Juntas de Freguesia afetadas, aos promotores do abaixo assinado da acção de sensibilização do dia 1 de fevereiro. -----

Santiago do Cacém, 13 de fevereiro de 2025 -----
Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Santiago do Cacém.” -----
A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----
Interveio o Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira, eleito do Chega, o Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, e o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro dos Santos Beijinha. -----
Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta de Moção a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

Pela eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, foi apresentado um voto de Pesar pelo falecimento de Maria Teresa Horta:-----

VOTO DE PESAR -----

Faleceu no dia 4 de fevereiro, em Lisboa, a escritora e jornalista Maria Teresa Horta. O anúncio foi feito pela editora Dom Quixote, a pedido da família, acrescentando tratar-se de “uma perda de dimensões incalculáveis para a literatura portuguesa, para a poesia, o jornalismo e o feminismo, a quem Maria Teresa Horta dedicou, orgulhosamente, grande parte da sua vida”.-----

Recentemente, Maria Teresa Horta tinha sido escolhida pela BBC para a lista das “100 mulheres mais influentes e inspiradoras de todo o mundo”. Passou pelo Diário de Lisboa, A Capital, República, O Século, Diário de Notícias e Jornal de Letras e Artes, entre outras. N’A Capital esteve à frente do suplemento Literatura e Arte, por onde passaram nomes como Alexandre O’Neill, Natália Correia, Ary dos Santos, Mário Cesariny, entre tantos outros.-----

Autora de uma extensa obra, a escritora viu o seu livro de poesia Minha Senhora de Mim apreendido pela PIDE oito dias após a sua publicação. Posteriormente foi alvo de uma feroz perseguição e de um processo de pura humilhação. Chegou a ser fisicamente agredida em plena rua: “É para aprenderes a não escreveres como escreves”, disseram-lhe.-----

Foi na sequência destes acontecimentos que Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa decidiram desafiar o regime fascista e “tecer”, a seis mãos, a obra Novas Cartas Portuguesas, publicada há 50 anos.-----

O regime fascista considerou o conteúdo de Novas Cartas Portuguesas “insanavelmente pornográfico e atentatório da moral pública” e ameaçou com uma pena entre seis meses a dois anos de prisão. As “Três Marias” foram alvo de uma tentativa implacável de as humilhar e intimidar e de fingir que não se tratava de um processo político. O julgamento coincidiu com a primeira conferência internacional de mulheres, acontecida em Boston, entre 3 e 5 de junho de 1973. As Novas Cartas Portuguesas foram o tema central do encontro, e adotadas como a primeira causa feminista internacional. -----

A leitura da sentença chegou a estar marcada, após um primeiro adiamento, para o dia 25 de Abril de 1974. Mas a Revolução dos Cravos fez cair o regime fascista, e a sessão final acabou por decorrer a 7 de maio de 1974, com a absolvição das três escritoras. -----

Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno estiveram na origem da criação do Movimento de Libertação das Mulheres. A manifestação organizada por este

movimento a 13 de janeiro de 1975, e a violência machista com que esta foi recebida, foi ilustrativa o longo caminho ainda a percorrer no sentido da efetiva libertação das mulheres. Em 2021, a escritora recordou esse dia, que há poucas semanas fez 50 anos: “Estávamos em liberdade, mas, de repente, as mulheres foram as únicas que sentiram que afinal não havia tanta liberdade quanto isso. Liberdade só para os homens, e talvez para as mulheres que se mantivessem quietinhas e caladinhas”.-----

Convidada pelo Partido Comunista Português, do qual foi militante entre 1975 e 1989, a chefiar a redação da revista Mulheres, Maria Teresa Horta entrevistou mulheres com grande reconhecimento na área da política, cultura e literatura, entre as quais figuram Marguerite Duras, Maria Bethânia, Maria de Lourdes Pintasilgo ou Marguerite Yourcenar. Esta revista tornou-se numa experiência inédita, enquanto baluarte das lutas feministas e espaço de representatividade. -----

Distinguida com inúmeros galardões, em 2011, Maria Teresa Horta, ainda que aceitando o Prémio D. Dinis, pela sua obra As Luzes de Leonor, recusou recebê-lo pelas mãos de Pedro Passos Coelho, a quem acusou de querer “destruir o país”.-----

Sem nunca abandonar a intervenção cívica e política, Maria Teresa Horta continuou a apoiar a causa feminista, tendo sido também apoante da candidatura de Marisa Matias às eleições presidenciais de 2021. -----

Em 2022, ofereceu um poema inédito ao Bloco de Esquerda, com o título "Nós mesmas": -----

Nós somos a liberdade vamos além de nós mesmas Somos aquelas que voam não queremos a violência ...que nos impõe a desgraça nos humilha e despedaça.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em sessão ordinária a 13 de fevereiro de 2025, delibera: -----

Expressar o seu pesar pelo falecimento de Maria Teresa Horta, enviando condolências à família e amigos, prestando um minuto de silêncio. -----

(em caso de aprovação, a recomendação deve ser divulgada no site e redes sociais da CMSC, e ser remetida para conhecimento das restantes assembleias de freguesia, Câmara e Assembleia Municipal de Santiago do Cacém)” -----

A Senhora Presidente colocou o Voto de Pesar a votação, o qual foi **aprovada, por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio.** -----

Pela eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, foi apresentada a seguinte Proposta de Moção: -----

“MOÇÃO-----

Expansão do solo urbano: o desastre anunciado-----

A publicação e entrada em vigor do Decreto-Lei nº 117/2024, de 30 de dezembro de 2024, tendo ficado conhecida como a Lei dos Solos, que altera os artigos 72º, 72º-B e outros do RJIGT (DL nº 802/2015) tem suscitado um vivo debate sobre as implicações urbanísticas, ambientais, económicas e sociais da expansão do solo urbano nele prevista. No mesmo mês de dezembro, mas no dia 5 foi o Dia Mundial do Solo. Aprovado pela Assembleia Geral da ONU em 2013, chama a atenção para a degradação dos solos e a necessidade vital para as populações, já que mais de 95% dos alimentos provêm deles. E

lembra que produzir apenas 2 a 3 cm. de solo saudável pode demorar quase mil anos. Para além desta utilização do solo, há também a de suporte à edificação, infraestruturas urbanas e equipamentos. -----

Numa nota pessoal, digo que sinto saudade do solo alentejano que alimentava o país. --- Mas esta deliberação da ONU não é a única posição internacional a ser posta em causa pela alteração legal pretendida pelo atual governo e que significará uma enorme impermeabilização do solo. No relatório “*Rethinking Urban Sprawl*”, a OCDE realça que a edificação dispersa triplica os custos dos serviços públicos e obriga a maiores deslocações casa-trabalho, congestionamento de trânsito, poluição do ar e aumento do preço das casas. E o recente Regulamento (UE) 2024/1991 do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de junho de 2024, relativo ao restauro da natureza, veio apontar aos Estados-Membros, no seu artigo 8.º – restauro dos ecossistemas urbanos – que até 2030 têm de assegurar que não há perda líquida da superfície nacional total de espaço verde urbano e de coberto arbóreo urbano nos ecossistemas urbanos comparativamente com 2024. O ponto do não retorno já foi ultrapassado, agora deveria ser prioridade mitigar piores danos à Terra que nos alimenta e da qual dependemos. -----

A expansão do solo urbano prevista no diploma governamental é também contrária às indicações, alertas e propostas de inúmeros trabalhos de especialistas nesta temática. As “*alterações da ocupação do solo em Portugal continental 1985|2000*” salientam o crescimento dos territórios artificializados em 70.000 hectares (mais 42%). O tecido urbano descontínuo é a classe dos territórios artificializados que teve maior crescimento. E este elemento é relevante já que as novas construções, dispersas, irão artificializar mais solo. Acresce que de acordo com a publicação do IHRU “*O parque habitacional-análise e evolução 2011|2021*”, pág. VI, a grande maioria (87%) dos edifícios em Portugal têm apenas um alojamento (fogo unifamiliar). E dos 3,5 milhões de edifícios existentes, 37% têm apenas um piso (p. 23), um brutal desperdício de solo e infraestruturas urbanísticas. -----

A alegada falta de solos para construção é também claramente desmentida pelo recente Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT 2024), que refere que “*a proporção de solo urbano do continente que se encontrava edificada em 2021 era em média de 50%*” (p. 69). O mesmo documento salienta que, entre 2007 e 2018, ocorreu um consumo líquido diário de territórios não-artificializados de 6,2 hectares, número que prenuncia o incumprimento da meta europeia que preconiza uma artificialização líquida do território nula em 2050. -----

Sobre a proclamada baixa do preço da construção através da aplicação da nova lei, um anterior responsável da Direção-Geral do Território salientou em 2016 que “*o sobredimensionamento de áreas urbanizáveis em planos de uso do solo não contém o aumento dos preços dos solos*”. Pelo contrário, alimenta a especulação...” (Paulo V.D. Correia in O novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, p. 192). -----

Perante a desconsideração de tantas normas e orientações nacionais e internacionais, como explicar então a insistência governamental em aumentar a urbanização dispersa e a artificialização do solo? Já era conhecida a apetência dos grandes proprietários, do sector da construção civil e dos promotores imobiliários pela edificação sem qualquer

entreve. O que há de novo é a transformação da habitação em ativos financeiros, com um peso crescente dos fundos imobiliários, que, segundo a CMVM, são 273, com um valor sob gestão superior a 15 mil milhões de euros. -----

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em sessão ordinária a 13 de fevereiro de 2025, delibera:-----

1. Defender a revogação do Decreto-Lei nº 117/2024 pelos gravíssimos impactos da sua aplicação;-----

2. Assegurar a informação pública e transparente dos casos em que ocorra o alargamento do solo urbano. -----

A Deputada Municipal do Bloco de Esquerda, -----
(em caso de aprovação, a moção deve ser remetida para conhecimento dos grupos parlamentares com representação na Assembleia da República e do Ministério Adjunto e da Coesão Territorial/Governo)-----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----
Interveio o Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta de Moção a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU**, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e um da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira. -----

Sete abstenções, das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Flávia Isabel da Silva Freire, João Pedro da Silva Teixeira, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, Tatiana Marisa Carvalho Roda e Ricardo Jorge da Cruz. -----

Quatro votos contra, sendo três, dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e António Manuel Alves Gamito, e um do eleito do Chega, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira. -----

Pela eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, foi apresentada a seguinte Proposta de Moção:-----

“MOÇÃO-----

Preservar a memória do horror: ação coletiva contra o ódio, o preconceito, a desumanização e a indiferença.-----

Há 80 anos, numa tarde de sábado, no dia 27 de janeiro de 1945, os soldados do Exército Vermelho libertavam Auschwitz-Birkenau, um dos campos de extermínio

construídos na Polónia pela Alemanha nazi. Os militares soviéticos depararam com o horror. Ali, encontraram 600 cadáveres, 7.000 presos mais próximos da morte que da vida, 837.000 peças de vestuário – muitas de crianças –, milhares de malas, mais de 100.000 pares de sapatos, milhares de óculos, 7 toneladas de cabelo de mulheres. -----

Por Auschwitz-Birkenau passaram mais de 1 milhão de pessoas, 870.000 foram envenenadas pelo gás letal Zyklon B. Para além de Belzec, Solibor e Treblinka, a partir de 1940 foram construídos em território polaco mais três campos em Auschwitz para receberem opositores ao nazismo e prisioneiros de guerra soviéticos. Passaram a fazer parte da máquina de morte nazi iniciada logo em 1933 com os campos de concentração em Buchenwald e Dachau na Alemanha para sindicalistas, democratas e pessoas não alinhadas com a política de Hitler, e que prosseguiu com a “solução final” que assassinou milhões de judeus europeus, causando mais de 20 milhões de mortos na segunda guerra mundial. -----

Perante as terríveis atrocidades perpetradas contra as vítimas do regime nazi, os governos de todo o mundo logo em maio de 1945 defenderam a criação de um tribunal militar internacional para julgar os principais criminosos de guerra e foi constituída uma organização internacional, as Nações Unidas para “preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade”. E em 9 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a “Convenção sobre prevenção e punição do crime de genocídio”, que se pode considerar um dos primeiros tratados de direitos humanos. -----

Pela Resolução 60/7 de 21-11-2005, a Assembleia Geral da ONU proclamou 27 de janeiro o dia da libertação de Auschwitz-Birkenau como o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, realçando o que pode acontecer quando o ódio, o preconceito, a desumanização, o racismo e a indiferença passam a fazer parte do pensamento de algumas pessoas. Como lembrou o Secretário-Geral da ONU, a lembrança dos campos de concentração e extermínio nazi é um chamamento para estar em alerta constante: nunca ficar em silêncio diante do ódio, nunca tolerar a intolerância, nunca ser indiferente ao sofrimento dos outros. -----

Quando vemos, ouvimos e sabemos do que se passa hoje na faixa de Gaza e noutros locais da Palestina, é impossível ignorar as semelhanças, em termos de violência sistemática e de desumanização, com o que o nazi-fascismo provocou entre 1933 e 1945. No mundo e no nosso país é preciso não apenas manter viva a memória de horrores como os dos campos de concentração e extermínio nazis para que nada de semelhante volte a acontecer, mas também repudiar e combater o regresso a tal barbárie.

Assim, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em sessão ordinária a 13 de fevereiro de 2025, defendendo a construção de um mundo justo onde os direitos humanos sejam consagrados e todos possam viver com dignidade e em paz, delibera: -----

1. Lembrar a memória das vítimas da violência do nazi-fascismo; -----
2. Reafirmar a necessidade de combater o racismo e todas as formas de intolerância que conduzem à violência dirigida a grupos específicos; -----
3. Apelar à ação coletiva contra o ódio, a desumanização, o preconceito e a indiferença.

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----
 Interveio o Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais. -----
 Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta de Moção a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU**, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, um da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, e um do eleito do PS, Senhor Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo. --
Sete abstenções, das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Flávia Isabel da Silva Freire, João Pedro da Silva Teixeira, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, Tatiana Marisa Carvalho Roda e Ricardo Jorge da Cruz, e um do eleito do Chega, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira. -----
Três votos contra, dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e António Manuel Alves Gamito. -----

Pela eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, foi apresentada a seguinte RECOMENDAÇÃO:-----

**“RECOMENDAÇÃO-----
 VOTO IMIGRANTES-----**

Recenseamento do direito de voto para pessoas estrangeiras -----

Considerando que: -----

- a) É nas eleições autárquicas que maior número de residentes em Portugal têm o direito de participar, seja como candidatos e candidatas, seja como eleitores e eleitoras; -----
- b) Desde que tenham realizado previamente o seu recenseamento eleitoral nas Juntas de Freguesia da sua área de residência, podem exercer o direito de voto todas as pessoas com residência legal em Portugal há mais de três anos e com nacionalidade dos Estados-membros da União Europeia (Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, República Checa, Roménia e Suécia), do Reino Unido (com residência em Portugal anterior ao Brexit); do Brasil (sem estatuto de igualdade de direitos políticos); de Cabo Verde (com residência legal em Portugal há mais de dois anos); ou ainda da Argentina, Chile, Colômbia, Islândia, Noruega, Nova Zelândia, Peru, Uruguai, Venezuela ou do Reino Unido (após o Brexit);-----
- c) É de notar, que o recenseamento eleitoral só é suspenso no 60.º dia anterior à eleição e até à sua realização;-----

d) É sabido que muitas pessoas estrangeiras, no passado, ao tentarem efetuar o seu recenseamento para atos eleitorais, defrontaram-se com obstáculos resultantes de falta de informação por parte dos serviços das Juntas de Freguesia, acabando impedidas de exercer o seu direito de voto;-----

e) **O Relatório Anual do Observatório das Migrações referente ao ano de 2023 evidencia a baixa participação eleitoral das pessoas estrangeiras.** As associações representativas de pessoas migrantes têm desenvolvido campanhas de sensibilização, mas é necessário que as comissões recenseadoras, as Juntas de Freguesia, assegurem um trabalho de disseminação de informação, tanto entre os funcionários dos serviços como junto das comunidades estrangeiras nos respectivos territórios. -----

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em 13 de fevereiro de 2025, delibera recomendar ao Executivo que:-----

1.Promova uma campanha informativa e de apelo ao recenseamento e à participação eleitoral de pessoas estrangeiras, afixando os critérios da lei e da CNE nos locais habituais para exposição de editais, como nos seus suportes de divulgação no espaço público (com recurso às línguas inglesa, espanhola e crioulo);-----

2.Envolve as associações de residentes estrangeiros, bem como as coletividades locais na divulgação desta campanha informativa;-----

3.Solicite às Assembleias de Freguesia a divulgação desta campanha através dos meios de comunicação municipais.-----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----

Interviu o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro dos Santos Beijinha, a Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, eleita do BE e o Senhor Norberto Valente Barradas, eleito da CDU.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a recomendação a votação, a qual foi **Rejeitada, por maioria, com dezassete votos a contra, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e um do eleito do Chega, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira.**-----

Dez abstenções, sendo sete abstenções, das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Flávia Isabel da Silva Freire, Senhor Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, João Pedro da Silva Teixeira, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, Tatiana Marisa Carvalho Roda e Ricardo Jorge da Cruz e três, dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e António Manuel Alves Gamito. -----

Um voto a favor, da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira. -----

Pelo eleito do PS, Senhor Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, foi apresentada a seguinte Proposta de Moção: -----

“MOÇÃO-----

PELA DIGNIDADE HUMANA NA PALESTINA-----

Considerando; -----

1- a continuada e genocida agressão ao Povo Palestino perpetrada pelo governo de Israel através das suas Forças Armadas; -----

2- a posição do novo governo dos USA relativamente ao território natural e historicamente pertencente ao Povo Palestino; -----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em 13 de fevereiro de 2025 aprova: -----

Que o Governo de Portugal; -----

1- defenda em todas as instâncias a solução de “dois Estados”,-----

2 – condene inequivocamente o genocídio em concretização tanto em Gaza como na Cisjordânia; -----

3- rejeite clara e inequivocamente o plano que o Presidente dos USA tem para a faixa de Gaza; -----

4-impele a UE para que esta reforce o apoio financeiro e diplomático à Autoridade Palestiniana, em ordem à instituição do Estado da Palestina; -----

5- Reconheça o Estado Palestino. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta Moção para discussão. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais e o Senhor Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, eleito do PS. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, sete das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Flávia Isabel da Silva Freire, João Pedro da Silva Teixeira, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, Tatiana Marisa Carvalho Roda e Ricardo Jorge da Cruz, e um da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira.** -----

Quatro abstenções, sendo três dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e António Manuel Alves Gamito e uma do eleito do Chega, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: Pelo Senhor eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, Pedro do Ó Ramos, foi feita a seguinte Declaração de Voto: “Abstemo-nos nesta moção porque bastava incluir a frase, exigir a libertação de todos os reféns, não se trata de fazer história, mas de uma das causas que está a provocar este conflito”. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

a) Aprovação da Demonstração do Desempenho Orçamental.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA:** Submeter à apreciação da Assembleia Municipal a Demonstração do Desempenho Orçamental, do período findo a 31 de dezembro de 2024, tornando desde já possível, através da revisão orçamental a aprovar, a integração do saldo da gerência da execução orçamental.-----

FUNDAMENTOS: Por forma a possibilitar desde já a integração do saldo da gerência da execução orçamental de acordo com o definido no artigo 145º da Lei nº 45-A/2024 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2025).-----

Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número dois, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão.-----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e um da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira. -----**
Onze abstenções, sendo sete das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Flávia Isabel da Silva Freire, João Pedro da Silva Teixeira, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, Tatiana Marisa Carvalho Roda e Ricardo Jorge da Cruz, três dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e António Manuel Alves Gamito e uma do eleito do Chega, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira.-----

-----**b) Primeira Revisão ao Orçamento da Receita/Despesa e Primeira Revisão às GOP'S (PPI e AMR) de Dois Mil e Vinte e Cinco/Dois Mil e Vinte e Nove.**-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal a Primeira Revisão ao

Orçamento da Receita/Despesa e Primeira Revisão às GOP'S (PPI e AMR) de Dois Mil e Vinte e Cinco/Dois Mil e Vinte e Nove para incorporação do saldo da Gerência da Execução Orçamental de Dois Mil e Vinte e Quatro,-----

FUNDAMENTOS: UM – De acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL-Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº54-A/99 de 22 de Fevereiro, na redação atual, e a Norma de Contabilidade pública – NCP 26 – Contabilidade e relato Orçamental constante do anexo II ao Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas SNC-AP. -----

DOIS – Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º. da Lei nº. 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual. -----

Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número três, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, eleito do PS. Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor, das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s** Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

Doze abstenções, sendo sete das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Flávia Isabel da Silva Freire, João Pedro da Silva Teixeira, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, Tatiana Marisa Carvalho Roda e Ricardo Jorge da Cruz, três dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e António Manuel Alves Gamito, uma da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira e umA do eleito do Chega, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira.-----

c) Declarações- pagamentos em atraso, compromissos plurianuais e recebimentos em atraso. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual **DEU CONHECIMENTO** à Assembleia Municipal de todos os pagamentos em atraso, compromissos plurianuais e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2024. -----

FUNDAMENTOS: Alínea a) e b) do nº 1 e alínea c) do nº 2 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 12 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº22/2015 de 17 de março e

artº 17 do Decreto Lei nº 127/2012 de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto Lei nº 99/2015 de 2 de junho. -----

Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número quatro, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

TOMADO CONHECIMENTO.-----

d) Aquisição de serviços de seguros diversos.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais até ao montante anual de 275333,33 €, para cada um dos anos de 2025, 2026 e 2027, no âmbito do contrato que se pretende celebrar para a “Contratação de serviços de seguros”, para o período de 36 meses, com início previsto a 01 de abril de 2025, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro. -----

FUNDAMENTOS: a) De acordo com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente; -----

b) Para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação vigente. -----

c) Decorrente da necessidade de realização de nova estimativa em face da inclusão de novos bens a segurar e atualização de valores de outros.-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor, das e dos eleitas/os da CDU,** Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Doze abstenções, sendo sete das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Flávia Isabel da Silva Freire, João Pedro da Silva Teixeira, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, Tatiana Marisa Carvalho Roda e Ricardo Jorge da Cruz, três dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e António Manuel Alves Gamito, e uma da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, e uma do eleito do Chega, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira.-----

e) Abertura de procedimento concursal para cargo de direção intermédia de 3.º grau – Serviço de Atendimento. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA: UM-** Submeter à Assembleia Municipal a proposta de designação dos membros do júri do procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 3.º grau – Serviço de Atendimento. -----

composição do júri do procedimento concursal: -----

Presidente: Bruno Alexandre da Silva Moreira, Chefe da Divisão de Sistemas de Informação e Qualidade; -----

1.º Vogal: José Pereira dos Reis Vilhena Gonçalves, Diretor do Departamento de Administração e Finanças; -----

2.º Vogal: Anabela da Conceição Candeias Duarte Cardoso, Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos; -----

Vogais Suplentes: Maria Teresa dos Santos Pereira Chaves, Chefe da Divisão de Comunicação e Imagem e Ana Luísa Sobral Godinho dos Santos Guerreiro, Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística. -----

FUNDAMENTOS: De Facto: Os titulares dos cargos de direção intermédia são recrutados por procedimento concursal que se rege pelas disposições dos artigos 12.º e 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU**, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e **um do eleito do PS**, Senhor Ricardo Jorge da Cruz. -----

Onze abstenções, sendo **seis das e dos eleitas/os do PS**, Senhor/a/e/s, Flávia Isabel da Silva Freire, João Pedro da Silva Teixeira, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva e Tatiana Marisa Carvalho Roda, **três dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais**, **Senhores/as** Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e António Manuel Alves Gamito, **uma da eleita do BE**, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, e **uma do eleito do Chega**, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira. -----

f) Transferência de verba-Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA: UM-** Aprovar a minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Santiago do Cacém e a Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo, que contempla a transferência de uma verba no valor de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros) e estabelece os termos e condições em que é feita a parceria, com vista à continuidade e valorização de tradições, ajudando a preservar o Cante Alentejano Património Cultural Imaterial da Humanidade;-----

DOIS- Submeter a minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Santiago do Cacém e a Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo à Assembleia Municipal. -----

FUNDAMENTOS: UM- Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo, criou e promoveu a formação do Grupo de Cante Infantil de Cercal do Alentejo CerCante; -----

DOIS- O cante alentejano constitui um aspeto fundamental da vida social das comunidades alentejanas, reforçando o diálogo entre diferentes gerações, géneros e indivíduos de diferentes origens, contribuindo assim para a coesão social; -----

TRÊS- Compete à Câmara Municipal apoiar as atividades de natureza social, cultural, educativa, recreativa, entre outras de interesse para o Município, conforme dispõe a alínea u) de nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, público no anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual; -----

QUATRO- Nos termos da alínea j) do número 1 do artigo 25.º da Lei anteriormente referida, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal “deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações. -----

documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número quatro, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

A Senhora Presidente Paula Lopes concedeu a palavra Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, para apresentar a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal, nos meses de novembro e dezembro de 2024. Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número cinco, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou o documento a discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

PARA CONSTAR SE PUBLICA ESTE E OUTROS DE IGUAL TEOR QUE VÃO SER AFIXADOS NOS LUGARES DE ESTILO. -----

Santiago do Cacém, 18 de fevereiro de 2025

A PRESIDENTE,

P. Melópes